

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 16 de dezembro de 2015.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Virgílio Nelson da Silva Carvalho, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNTur; Sinara Neves Ferreira, Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta; Otavio Ladeira de Medeiros, Conselheiro Titular Representante do MF; Benedito Adalberto Brunca, Conselheiro Titular Representante do MPS; Thiago Rabelo Pereira, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Márcio Alves Borges, Conselheiro Suplente Representante do MTE; Fátima da Costa Lamar, Conselheira Suplente Representante do MAPA; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Geraldo Ranthum, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Luigi Nese, Conselheiro Titular Representante da CNS–Serviços; Thiago Luiz Ticchetti, Conselheiro Suplente Representante da CNT; Joicy Damares Pereira, Conselheira Suplente Representante da CNS-Saúde; e, Paulo César Pagi Chaves, Conselheiro Suplente Representante da FENASEG.

1 Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Previdência Social – MTPS, teve início a Centésima Trigésima Quarta Reunião Ordinária
3 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a direção do
4 Presidente e Conselheiro Titular Representante da CNTur, Sr. Virgílio Nelson da Silva Carvalho. **I –**
5 **ABERTURA:** O Presidente cumprimentou os presentes e agradeceu a presença do Secretário Especial
6 do Trabalho, Sr. José Lopes Feijó, tendo, este, cumprimentado a todos e elogiado os Conselheiros pela
7 adequada gestão do FAT, destacando a importância do Fundo à classe trabalhadora, principalmente
8 com relação às políticas de geração de emprego e renda. O Secretário Especial do Trabalho desculpou-
9 se por não poder permanecer na reunião, mas afirmou que ansiava participar em reuniões futuras. Por
10 fim, agradeceu e desejou um Feliz Natal e Ano Novo aos presentes. Na sequência, o Presidente
11 lembrou que, ainda, aguardava a chegada do Ministro do MTPS para dar prosseguimento à reunião,
12 mas que o intuito era de realizar uma reunião célere e de qualidade, em virtude dos vários outros
13 compromissos dos Conselheiros. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. Geraldo Ranthum,
14 solicitou um aparte para sugerir que fosse dado seguimento à reunião até a chegada do Ministro, não
15 havendo manifestação em contrário. Dessa forma, seguindo a ordem de Pauta, o Presidente passou ao
16 subtópico **I-a - Relato, pela Secretária-Executiva do CODEFAT - Substituta, sobre a 130ª**
17 **Reunião Ordinária do GTFAT, realizada em 10 de dezembro de 2015.** A Secretária-Executiva do
18 CODEFAT – Substituta, Sra. Sinara Neves Ferreira, esclareceu que, mais uma vez, estava a frente da

19 Secretaria Executiva do Conselho como Substituta, em virtude do Sr. Márcio Alves Borges (titular do
20 cargo) ocupar, atualmente, o cargo de Secretário de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, de forma
21 interina, contudo este ocupava assento à mesa na qualidade de Conselheiro Suplente Representante do
22 MTE. Em seguida, relatou as principais considerações apresentadas na 130ª RO-GTFAT: i) **Proposta**
23 **de Resolução que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT**
24 **para o exercício de 2016 – PDE/2016** – registrou que embora tenham ocorrido alguns
25 questionamentos, todas às dúvidas foram sanadas e a proposta foi acatada pelo Grupo Técnico; ii)
26 **Proposta de Resolução que altera a de nº 737, de 08/10/2014, que aprova modelo de formulário de**
27 **Requerimento do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado – RSDTR, em via única e com**
28 **protocolo de recebimento, para concessão do benefício seguro-desemprego ao trabalhador**
29 **resgatado da condição análoga à de escravo** – registrou que a proposta visava findar o estoque de
30 formulários antes que entrasse em vigor o novo modelo. Portanto, todos os questionamentos foram
31 respondidos e a proposta foi acatada pelo GTFAT para encaminhamento ao Conselho; e, iii) **Outros**
32 **Assuntos** – registrou que o Representante da CUT elogiou o Boletim da SE-CODEFAT, mas também
33 sugeriu que fossem contempladas informações do PPE, tendo o Coordenador do GTFAT informado
34 que seria apresentada na 134ª RO-CODEFAT versão atualizada do Boletim, contendo os dados
35 solicitados. Além disso, informou que na referida reunião seria apresentado um quadro comparativo
36 entre a Ação Bolsa Qualificação e o programa PPE. Dando continuidade, o Presidente passou ao tópico
37 **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata da 133ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de**
38 **novembro de 2015**. O Presidente registrou que constava da Ata em tela as alterações solicitadas por
39 alguns Conselheiros, encaminhadas à Secretaria Executiva do CODEFAT. Na sequência, o Presidente
40 indagou se havia alguma manifestação. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco
41 Canindé Pegado do Nascimento, solicitou alteração no registro de sua fala, linha 223, para que
42 constasse a seguinte redação: “a fim de que os Conselheiros pudessem tomar conhecimento oficial da
43 situação”. O Presidente informou que o pedido seria acatado e indagou se havia mais alguma
44 manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Ata, com a alteração proposta. Em seguida,
45 passou ao tópico **III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 – Termos de Alocação de**
46 **Depósito Especial do FAT – TADE, realizados no período de outubro a novembro de 2015**. A
47 Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta relatou que no período em referência foram
48 celebrados 2 (dois) Termos Aditivos com a FINEP, no montante de R\$100 milhões, sendo distribuídos
49 da seguinte forma: i) FAT INOVACRED – Micro e Pequena Empresa, R\$ 30 milhões; e, ii) FAT
50 INOVACRED – Média Empresa, R\$ 70 milhões. O Presidente abriu inscrição para manifestação. O
51 Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços, Sr. Luigi Nese, ressaltou a importância da

52 Instituição para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, considerando que estas eram a
53 base para o crescimento e desenvolvimento econômico do País, e defendeu a ampliação dos recursos
54 destinados a FINEP. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,
55 declarou aprovado o Item em referência. Na sequência, o Presidente solicitou um aparte para saudar o
56 Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Sr. Miguel Rosseto, que
57 inicialmente cumprimentou os presentes, desculpando-se pelo atraso. Em seguida, informou que
58 permaneceria na reunião e, posteriormente, faria uma exposição quanto ao Programa de Proteção ao
59 Emprego – PPE. Na sequência, o Presidente deu seguimento a Pauta, passando ao **ITEM 3 – Proposta**
60 **de Resolução que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT**
61 **para o exercício de 2016 – PDE/2016.** O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT –
62 CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, esclareceu que a Resolução CODEFAT nº
63 440, de 2 de junho de 2005, que dispunha sobre o processo de aprovação da Programação Anual da
64 Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE, estabelecia que, por proposta do Ministério do
65 Trabalho e Previdência Social - MTPS, a PDE de cada exercício seria submetida à aprovação do
66 CODEFAT. Relatou que o MTPS/CODEFAT alocava recursos nas Instituições Financeiras Oficiais
67 Federais – IFOF's, para financiar programas de geração de emprego e renda mediante aplicação em
68 Depósitos Especiais. Ponderou que mesmo diante do cenário de incerteza para o ano de 2016, foi
69 tomada a decisão de trazer aos Conselheiros uma proposta de PDE para o próximo exercício. Em
70 seguida, apresentou o comportamento do saldo de depósitos especiais ao final dos exercícios, de 2003 a
71 2014, nas IFOF's. Destacou que nos anos de 2005 a 2007 houve um grande crescimento, chegando a
72 R\$49,3 bilhões, em 2007. Afirmou, ainda, que muitos Depósitos Especiais foram realizados
73 especialmente para financiar o setor de infraestrutura e que a maior parte dos recursos foram alocados
74 pelo BNDES. Contudo, asseverou que a partir de 2015 houve significativas reduções de recursos
75 destinados a PDE, informando que o saldo dos Depósitos Especiais do FAT, em outubro corrente, era
76 de R\$21,3 bilhões. Em seguida, abordou sobre a execução da PDE/2015, por Programas e Linhas de
77 Crédito Especiais, ressaltando que a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, gerenciava o
78 Programa FAT INOVACRED, e que até o momento não havia solicitado recursos. Prosseguindo,
79 passou a explicar sobre as receitas, obrigações e resultado do FAT, de 2012 a 2014. Inicialmente,
80 observou que, neste período, o FAT apresentou aumento nas receitas, acompanhado de um aumento
81 ainda maior nas obrigações, o que gerou, em 2012, R\$3 bilhões de resultado nominal, e no exercício de
82 2013 foram utilizados R\$10,4 bilhões do patrimônio do Fundo para fazer frente a sua necessidade de
83 despesas. Por outro lado, em 2014, fechou com resultado superavitário de R\$851 milhões (R\$70,1
84 bilhões em receitas e R\$69,2 bilhões em obrigações). Destacou que as receitas correntes do FAT

85 somaram R\$52,3 bilhões, com resultado econômico de R\$17,7 bilhões, o que gerou o crescimento do
86 patrimônio do FAT. Passou a apresentar sobre as Desonerações, sinalizando o aumento de R\$500
87 milhões, em 2003, para a expectativa de R\$12,88 bilhões, em 2016, segundo dados fornecidos pela
88 Secretaria da Receita Federal do Brasil. Apresentou também os números da Desvinculação de Receitas
89 da União – DRU, que em 2003 foi de R\$3,35 bilhões para a expectativa de R\$16,66 bilhões, em 2016,
90 já com a incidência do aumento para 30%. Prosseguindo, divulgou os dados da Relação Anual de
91 Informações Sociais – RAIS, entre os exercícios de 2003 e 2014, destacando o aumento da
92 formalização de mão de obra no Brasil, que registrou 49,57 milhões de trabalhadores ativos com
93 carteira de trabalho assinada, ao final de 2014, sendo 40,56 milhões celetistas e 9,01 milhões de
94 estatutários. Sobre o assunto, esclareceu que este fato, somado a elevada rotatividade de mão de obra e
95 aos sucessivos aumentos do salário mínimo, proporcionou significativos acréscimos nos dispêndios
96 com pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial ao longo dos anos. Informou,
97 ainda, que a RAIS apresentou percentual de 48,9% do total de empregados formais com ganhos de até
98 dois salários mínimos mensais, em 2014, chamando atenção para o fato de que este número explicava,
99 em parte, a significativa elevação dos gastos com pagamento do abono salarial. Prosseguindo, passou a
100 explicar sobre o percentual de beneficiários do abono salarial e do seguro-desemprego *versus* o
101 estoque de trabalhadores. Sobre o assunto, informou que embora houvesse o crescimento do número de
102 beneficiários, a relação entre os beneficiários do seguro-desemprego e o número de trabalhadores
103 ativos no final de cada exercício apresentou-se relativamente estável (média de 16,7%), diferentemente
104 da curva da relação com o abono salarial, que cresceu ao longo dos anos, passando de 26,6% para
105 45,1%, de 2003 a 2014. Em seguida, apresentou o gráfico da rotatividade da mão de obra entre os
106 celetistas e estatutários, registrando aumento de 33,3% para 37%, de 2003 até 2014, respectivamente.
107 Esclareceu, ainda, que a rotatividade de mão de obra não apresentou queda ao longo dos exercícios,
108 contudo havia expectativa de redução para 2015 motivada pela expectativa de menor admissão e
109 demissão de mão de obra. Prosseguindo, informou que em novembro corrente foi projetado o fluxo de
110 receitas e despesas do FAT para os exercícios de 2015 a 2018, a fim de calcular as disponibilidades do
111 FAT para a realização de aplicações financeiras em Depósitos Especiais, registrando que as projeções
112 foram elaboradas utilizando parâmetros econômicos encaminhados pela Secretaria de Política
113 Econômica e por informações do Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE/MTE. Na
114 sequência, passou a apresentar os parâmetros utilizados para projetar o próximo exercício, conforme a
115 seguir: i) Taxa de Inflação % (IPCA): 6,47; ii) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP %: 7; iii) Taxa
116 Extramercado/TM-SELIC %: 13,99; iv) salário mínimo (R\$): 871,00; v) taxa de crescimento do salário
117 mínimo %: 10,53; e, vi) taxa de crescimento do PIB %: (-1,88). Assim sendo, esclareceu que a

118 estimativa era fechar o exercício de 2015 com resultado nominal (total das receitas – total das
119 obrigações) deficitário em R\$3,2 bilhões, e que até o momento o Tesouro Nacional não sinalizou o
120 repasse de recursos para anular o resultado nominal. Ainda sobre este assunto, compartilhou a
121 informação de que foi solicitado ao Congresso Nacional a aprovação de crédito suplementar no valor
122 de R\$1 bilhão para promover o pagamento do benefício do seguro-desemprego, a fim de evitar a
123 ausência de recursos na Caixa. Pertinente ao exercício de 2016, asseverou que as projeções apontavam
124 para o aumento das despesas do FAT e, considerando os normativos legais, estimava-se que para obter
125 o equilíbrio das contas seria necessário aporte de recursos do Tesouro Nacional na ordem de R\$16,9
126 bilhões. Destacou que a previsão era que as receitas e obrigações do Fundo alcançariam R\$72,3
127 bilhões, em 2016, subindo para R\$79,4 bilhões, em 2018, e que haveria redução da arrecadação da
128 contribuição do PIS/PASEP em face da prorrogação da DRU, a partir do próximo exercício, reiterando
129 que a expectativa era desvincular o percentual de 30% sobre a arrecadação do PIS/PASEP. Informou,
130 ainda, que o valor com o pagamento do benefício do seguro-desemprego sofreria pequeno acréscimo
131 no próximo exercício, em comparação a 2015. Justificou que esse pequeno acréscimo devia-se ao fato
132 da expectativa de redução da rotatividade de mão de obra e dos novos critérios de pagamento do
133 seguro-desemprego. Assim, a expectativa de dispêndio seria o montante de R\$38,67 bilhões. No caso
134 do abono salarial esclareceu que haveria um crescimento significativo, em comparação a 2010, devido
135 a aprovação da Resolução CODEFAT nº 748, de 2 de julho corrente, que alterou o Calendário de
136 Pagamento do Abono Salarial, repassando parte do pagamento para o próximo exercício. Assim sendo,
137 a previsão seria pagar o montante de R\$17,23 bilhões, em 2016. Ponderou que diante desse contexto,
138 propunha-se a aprovação da Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o
139 exercício de 2016 – PDE/2016, por meio de novas aplicações ou mediante remanejamento de R\$3,7
140 bilhões alocados nas instituições financeiras que financiem operações de grandes empresas, para
141 financiar programas e linhas de crédito que apoiem operações de investimento de micros e pequenos
142 negócios, quando houver disponibilidade de recursos excedentes à Reserva Mínima de Liquidez –
143 RML. Em seguida, apresentou a distribuição da PDE/2016, conforme a seguir: i) FAT Fomentar –
144 micros e pequenas empresas: R\$1,6 bilhão; ii) FAT – PNMPO: R\$150 milhões; iii) FAT
145 INOVACRED - micros e pequenas empresas: R\$100 milhões; iv) PROGER Urbano Investimento: R\$1
146 bilhão; v) PROGER Urbano Exportação: R\$50 milhões; vi) PRONAF Investimento: R\$600 milhões; e,
147 vii) FAT Taxista: R\$200 milhões. Por fim, concluiu que a PDE/2016, se fosse totalmente aplicada e
148 somada a valores de outras reaplicações, movimentaria R\$6,2 bilhões no próximo exercício. Dando
149 continuidade, o Presidente do CODEFAT abriu inscrições para manifestação. O Ministro de Estado do
150 MTPS questionou o motivo da FINEP não ter solicitado recursos da PDE/2015. O Coordenador-Geral

151 da CGFAT esclareceu que até o momento aguardava posicionamento da Financiadora. O Conselheiro
152 da CNS-Serviços cogitou a possibilidade de que a FINEP não executou a PDE/2015, até o momento,
153 porque conseguiu recursos de outra fonte para alavancar seus projetos. Sobre o assunto, o
154 Coordenador-Geral da CGFAT informou que houve problemas com a FINEP no processo de
155 segregação de contas e, por este motivo, o Conselho autorizou a suspensão de repasse de recursos
156 enquanto não fossem solucionados, tendo o CODEFAT voltado a apoiar à FINEP, após sua adequação
157 as exigências legais. Ressaltou, ainda, que havia sido assinado termos de alocação em novembro
158 corrente. O Presidente do CODEFAT questionou quais eram às expectativas para o Seguro
159 Desemprego e o Abono Salarial, em 2015 e 2016, com base na RAIS. O Coordenador-Geral da
160 CGFAT ponderou que o resultado da RAIS 2015 não foi divulgado, mas havia perspectiva de pequena
161 redução do número de beneficiários do seguro-desemprego, em função de alterações legislativas, bem
162 como havia expectativa de redução no pagamento do benefício do abono salarial. O Conselheiro da
163 CNS-Serviços chamou atenção ao fato de que apesar da queda do número de trabalhadores com acesso
164 ao benefício do abono salarial, registrava-se o aumento dessa despesa, uma vez que seu reajuste estava
165 atrelado ao índice de reajuste do salário mínimo. Pertinente a questão, afirmou que o fato de indexar o
166 reajuste do abono salarial ao salário mínimo não permitia condições de preservar o equilíbrio
167 econômico do FAT, sugerindo uma análise profunda da questão, propondo, inclusive, que fosse
168 modificada a forma de reajuste do benefício. Informou que solicitou à Coordenação-Geral de Recursos
169 do FAT – CGFAT, uma simulação sobre o impacto da desvinculação do indexador, nos últimos anos,
170 tendo a área apontado economia de, aproximadamente, R\$8 bilhões ao FAT. Em seguida, comentou
171 que a incidência de 30% da DRU significava que o Tesouro Nacional teria que desembolsar recursos
172 para complementar os pagamentos das obrigações do Fundo, não vendo razão em prorrogar a DRU já
173 que o Tesouro Nacional teria que retornar este recurso ao FAT. Asseverou, ainda, que o melhor seria
174 acabar com a DRU e permitir que o FAT utilizasse seus recursos sem necessidade de recorrer ao
175 Tesouro Nacional. Também reiterou a proposta apresentada em outro momento ao CODEFAT de
176 alteração do sistema de saque do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, permitindo que o
177 trabalhador sacasse 50% e o restante ficasse aplicado no respectivo Fundo. Por último, comentou que
178 as empregadas domésticas, a partir de 2018, trariam significativo impacto ao FAT, prevendo aumento
179 da rotatividade de mão de obra e dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial. Sobre o
180 assunto, afirmou que o Conselho deveria analisar a questão e chegar à conclusão de onde sairia a fonte
181 de recursos para honrar essas novas despesas. O Conselheiro da NCST sugeriu que em uma próxima
182 apresentação do Item em questão, fossem incluídos dados sobre o Cadastro Geral de Empregados e
183 Desempregados – CAGED, permitindo, assim, uma melhor análise dos números de empregados

184 formais com ganhos de até dois salários mínimos. O Coordenador-Geral da CGFAT afirmou que era
185 possível realizar projeções a esse respeito, a fim de permitir um trabalho mais apurado. O Conselheiro
186 Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, chamou atenção para o fato de que a
187 prorrogação da DRU ainda não tinha sido aprovada, afirmando que as Centrais Sindicais eram contra,
188 principalmente em retirar recursos do FAT. Destacou que havia uma proposta sendo discutida no
189 Congresso Nacional para aumentar o número de empresas enquadradas no Simples Fiscal. Sobre este
190 assunto, lembrou que as empresas participantes do Simples Fiscal não contribuíam com o PIS, por
191 consequência gerava ausência de receita ao FAT, mesmo assim, o Fundo cobria com o pagamento dos
192 benefícios aos trabalhadores destas empresas. Observou que também era necessário o Conselho debater
193 este assunto buscando uma alternativa de compensação de receita. O Conselheiro da UGT afirmou que
194 se dependesse de alguns setores empresariais e do governo, jamais seria alcançado o valor do salário
195 mínimo projetado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos –
196 DIEESE, de R\$3.399,00, e, em complemento à fala do Conselheiro da Força Sindical, asseverou que
197 também não contribuía para as receitas do FAT os trabalhadores do seguro-defeso. Em seguida, passou
198 a citar às sucessivas interferências por parte do governo que trouxeram impacto ao FAT, conforme a
199 seguir: i) Medidas Provisórias nº 664/2014 e 665/2014; ii) alteração do Calendário de Pagamento do
200 Abono Salarial; iii) desoneração da folha de pagamento, gerando grave perda de receita primária. Em
201 referência a proposta sugerida pelo Conselheiro da CNS-Serviços pertinente ao reajuste do abono
202 salarial vinculado ao salário mínimo, ponderou que o debate não era interessante, uma vez que estava
203 previsto em lei e não teria apoio dos trabalhadores para alterar a sistemática de reajuste. Concluiu,
204 direcionando sua fala ao Ministro de Estado do MTPS, ponderando que uma ação que poderia contar
205 com a participação das Centrais Sindicais e da Bancada dos Empregadores seria no tocante a incidência
206 da DRU nos recursos do FAT. Considerou que valeria uma ação forte, inclusive uma conversa com a
207 Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff, explanando toda a situação do Fundo. Asseverou que era
208 impossível cortar mais recursos do FAT, destacando que o saldo de Depósitos Especiais estava no
209 limite, prevendo que em pouco tempo não seria possível realizá-lo, o que causaria significativo impacto
210 na questão do emprego e desemprego no País. O Ministro de Estado do MTPS esclareceu que a DRU
211 era um tema de governo e que, no seu entendimento, as razões desse mecanismo era equacionar com
212 maior liberdade os recursos que, em tese, não estariam sendo utilizados, ou melhor, estariam sendo
213 patrimonializados ou acumulados em fundos específicos. De outro ponto, afirmou que todos
214 acompanhavam as dificuldades fiscais do governo, chamando atenção para o tema da desoneração.
215 Informou que na Previdência Social, para o exercício, estava prevista renúncia de R\$65 bilhões, 1% do
216 PIB, em desoneração. Sobre este assunto, compartilhou que no presente exercício atuou para que a

217 Receita Federal do Brasil apresentasse, em detalhes, o resultado das desonerações sobre as receitas da
218 Previdência Social. Informou que pertinente ao FAT era imprescindível decompor estes números, uma
219 vez que poderia permitir a repatriação de recursos, em alguns casos, e/ou bloquear movimentos que
220 ampliariam essa renúncia de receita. Por fim, asseverou que seria importante que o Conselho
221 promovesse um debate mais profundo sobre este tema. Também destacou que para o primeiro trimestre
222 de 2016 o MTPS trabalharia dois importantes assuntos: aumento da massa salarial e redução da
223 rotatividade de mão de obra. Declarou que milhares de trabalhadores possuíam vínculo empregatício
224 não formalizado, e que era importante regularizar essa massa de trabalhadores. O Conselheiro da CNS-
225 Serviços pediu um aparte para reforçar uma proposta defendida pela CNS-Serviços havia mais de 16
226 anos, que seria a desoneração da folha de pagamento por meio da retirada do INSS da folha e sua
227 substituição por uma contribuição sobre a movimentação financeira: “CPMF Previdenciária”. Ponderou
228 que a CPMF Previdenciária não criaria um novo imposto, tão somente substituiria os 20% do INSS,
229 onde todos, inclusive os trabalhadores, pagariam a CPMF Previdenciária, contudo seriam compensados
230 com uma alternativa de alíquota menor e, além disto, não seria necessário pagar as Desonerações
231 pontuais. Em seguida, destacou que o incentivo às Micros e Pequenas Empresas deveria continuar, uma
232 vez que eram, atualmente, os grandes empregadores de mão de obra e incentivadores da economia. O
233 Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, declarou aprovada a
234 PDE/2016. ITEM 4 – Proposta de Resolução que altera a de nº 737, de 08/10/2014, que aprova
235 modelo de formulário de Requerimento do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado –
236 RSDTR, em via única e com protocolo de recebimento, para concessão do benefício seguro-
237 desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. O Coordenador-Geral de
238 Seguro Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional – CGSAP, Sr. Enivaldo Antônio
239 Lagares, lembrou que a Resolução nº 737, de 8 de outubro de 2014, aprovou o novo modelo de
240 formulário para concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição
241 análoga à de escravo, com validade até 31 de dezembro de 2015, do atualmente utilizado. No entanto,
242 observou que havia sido identificada uma quantia significativa de formulários em estoque, cerca de
243 3.400 (três mil e quatrocentos). Dessa forma, afirmou que essa quantidade seria suficiente para ser
244 utilizada por mais 12 (doze) meses, aproximadamente, uma vez que o número de trabalhadores
245 regatados reduzia anualmente. Portanto, concluiu que a proposta em tela visava prorrogar a concessão
246 do parágrafo único do Art. 1º da Resolução nº 737/2014 para 31 de dezembro de 2016. O Conselheiro
247 do MTE complementou a apresentação, informando que o assunto havia sido levado ao Conselho, para
248 deliberação, porque era necessária autorização do CODEFAT para o uso desses formulários em
249 estoque. Por fim, explicou que a finalidade da alteração era basicamente atender o princípio da

250 economicidade. O Presidente abriu inscrição para manifestação. O Conselheiro da UGT asseverou que,
251 também, deveria ser levado ao Conselho os motivos pelos quais haviam reduzido o número de
252 trabalhadores resgatados da condição análoga a de escravo. Contudo, afirmou que este era um tema
253 para reuniões futuras. Com relação à proposta em tela, manifestou-se favorável, uma vez que visava à
254 economicidade. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, declarou
255 aprovado o Item em referência. Na sequência, passou ao tópico **IV – ASSUNTOS PARA**
256 **DISCUSSÃO: ITEM 5 – Concessão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal aos**
257 **pescadores impossibilitados de exercer atividade pesqueira, devido ao acidente ambiental**
258 **ocorrido na Cidade de Mariana/MG; Solicitação do Conselheiro Representante da Força**
259 **Sindical, Sr. Sérgio Leite.** O Coordenador-Geral da CGSAP lembrou que o rompimento de duas
260 barragens da mineradora Samarco, ocorrido no último dia 5 de novembro, afetou dezenas de pessoas
261 nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ressaltou que a lama presente nas barragens havia
262 atingido o leito do Rio Doce, inviabilizando as atividades pesqueiras no local. Diante do exposto,
263 observou que o Conselheiro da Força Sindical solicitou que fosse liberado, em caráter emergencial, o
264 Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal aos pescadores impossibilitados de exercer suas atividades
265 pesqueiras durante o período que pudesse prevalecer o dano ambiental, determinado pelo Instituto
266 Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. No entanto, o
267 Coordenador-Geral da CGSAP esclareceu que, conforme Nota Técnica nº 1552/2015/CGSAP,
268 entendeu-se que não era necessária a liberação, em caráter emergencial, do benefício aos pescadores
269 atingidos pelo desastre da barragem do município de Mariana/MG devido ao fato de existirem dois
270 períodos de defesos ativos e em curso contemplando os pescadores da região, com previsão de
271 pagamento da primeira parcela em 1º de dezembro de 2015 e da quarta e última parcela em 29 de
272 fevereiro de 2016. Por fim, informou que havendo necessidade, após o pagamento da última parcela,
273 poderia ser verificada a possibilidade de prorrogação do defeso junto aos órgãos responsáveis. O
274 Presidente abriu inscrição para manifestação. O Conselheiro da Força Sindical ressaltou que o desastre
275 ambiental havia afetado a sociedade como um todo, contudo o Conselho tinha responsabilidade social
276 com os pescadores da região. Argumentou que, conforme já mencionado, a legislação previa a
277 possibilidade de prorrogação do benefício por mais dois meses, em casos específicos. Neste sentido,
278 deixou registrado o pedido de prorrogação do pagamento de duas parcelas adicionais do seguro-defeso
279 aos pescadores da região, uma vez que poderia não haver tempo hábil para discussão do tema antes do
280 término do pagamento do benefício. O Presidente informou que a próxima reunião ordinária do
281 CODEFAT estava prevista para ocorrer em 24 de fevereiro de 2016. Sendo assim, sugeriu que o tema
282 voltasse à mesa para deliberação nesta data, uma vez que o seguro-defeso findaria apenas em 29 de

283 fevereiro de 2016, tendo o Conselheiro da Força Sindical acatado a sugestão. O Conselheiro
284 Representante do MTE ratificou o entendimento do Coordenador-Geral da CGSAP, lembrando que a
285 prorrogação do seguro-defeso dependia também de aprovação do Ministério do Meio Ambiente –
286 MMA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, conforme legislação atual. O
287 Conselheiro da UGT elogiou a proposta do Conselheiro da Força Sindical. Entretanto, observou que
288 havia sugerido ao Fórum de Trabalhadores de Mariana/MG, que era integrado às Centrais Sindicais, a
289 fazerem tal solicitação, uma vez que conheciam melhor a realidade da região. Com relação ao pedido
290 de prorrogação do benefício, manifestou-se favorável sobre sua apreciação na próxima reunião do
291 Conselho. O Ministro do MTPS observou, a título de conhecimento, que os pescadores da região
292 afetada pelo desastre ambiental, em razão de acordo de indenização da empresa Samarco, estavam
293 recebendo um salário mínimo de forma mensal, entre outros benefícios acordados. A Conselheira
294 Suplente Representante do MAPA, Sra. Fátima Costa Lamar, informou que os pescadores artesanais
295 afetados pelo desastre ambiental estavam sendo acompanhados pela Superintendência da Pesca, tanto
296 em Minas Gerais, como no Espírito Santo. Informou, ainda, que havia sido realizado um Termo de
297 Ajustamento de Conduta, emitido pelo Ministério Público Federal do Trabalho determinando que fosse
298 executado o pagamento de um salário mínimo, mensal, as famílias vítimas do desastre, acrescido de
299 20% por cada membro da família, além de uma cesta básica. Posteriormente, observou que havia sido
300 criado um Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre ocorrido após o rompimento das
301 barragens na região de Mariana/MG, portanto as reivindicações pertinentes ao tema poderiam ser
302 encaminhadas a este grupo. O Ministro do MTPS indagou a Conselheira do MAPA sobre o período de
303 pagamento da indenização às famílias, tendo a Conselheira comunicado que buscaria as informações e
304 traria, posteriormente, ao Ministro e ao CODEFAT. O Presidente sugeriu a Conselheira do MAPA que
305 as informações fossem apresentadas na próxima reunião do Conselho, inclusive, se possível, com
306 parecer da Casa Civil quanto ao tema, não havendo manifestação em contrário. O Presidente agradeceu
307 a apresentação e propôs que a presente reunião fosse realizada em único turno, ainda no período da
308 manhã, não havendo manifestação em contrário. Na sequência, o Conselheiro da UGT sugeriu a
309 inversão de Pauta do CODEFAT, passando ao item 8, justificando que a agenda não permitiria a
310 permanência de alguns Conselheiros na totalidade da reunião, tendo os Representantes se manifestado a
311 favor. Sendo assim, o Presidente passou ao **tópico V – APRESENTAÇÃO: ITEM 8 – Tema: Bolsa**
312 **Qualificação vis-à-vis Programa de Proteção ao Emprego - PPE, pela Coordenação-Geral do**
313 **Seguro Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional – CGSAP.** O Coordenador do
314 Seguro Desemprego e do Abono Salarial, Sr. Márcio Ubiratan Britto Jardim, passou a apresentar um
315 breve histórico a respeito da Bolsa Qualificação Profissional – BQP. Informou que a BQP foi instituída

316 em 2001 pela Medida Provisória nº 2.164-41, que havia acrescido artigos à Lei nº 7.998/1990, sendo
317 regulada pela Resolução CODEFAT nº 591/2009. Destacou que a Bolsa Qualificação previa a
318 suspensão do contrato trabalhista como alternativa a demissão, sendo necessário acordo coletivo ou
319 convenção entre sindicatos e empregadores. Explicou que os critérios de habilitação, valor das parcelas
320 e periodicidades eram os mesmos do Seguro-Desemprego Formal, com exceção à demissão sem justa
321 causa. Lembrou que a suspensão do contrato de trabalho era de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, sendo o FAT
322 responsável pelo pagamento de uma parcela da Bolsa Qualificação Profissional ao empregado,
323 mensalmente. No entanto, ressaltou que cabia ao empregador oferecer aos empregados, no período de
324 suspensão do contrato trabalhista, cursos de qualificação que, preferencialmente, tivessem correlação às
325 atividades da empresa. Destacou que na região norte apenas o Estado do Amazonas havia recepcionado
326 requerimentos de Bolsa Qualificação no ano de 2015, somando 901 requerimentos. Contudo, observou
327 que os estados da Região Nordeste apresentaram maior número de requerimentos da Bolsa
328 Qualificação, destacando os Estados de Pernambuco (3.865), Alagoas (2.663) e Paraíba (369). Quanto
329 à Região Centro-Oeste, observou que o Estado de Goiás liderou o *ranking* com o total de 627
330 requerimentos, seguido do Mato Grosso do Sul (469), e do Distrito Federal (129). Afirmou que, com
331 relação à Região Sul, o Estado do Paraná destacou-se com o total de 2.543 requerimentos. Por fim,
332 observou que o Estado de São Paulo, na Região Sudeste, apresentava a maior quantidade de
333 requerimentos em âmbito nacional, com o total de 13.183, em razão de haver um grande número de
334 segurados presentes no Estado. Assim sendo, esclareceu que a quantidade de requerimentos totalizava
335 29.907, e o valor de parcelas previstas somavam R\$140 milhões, aproximadamente. Na sequência,
336 passou a discorrer quanto ao perfil do segurado, informando que a maior predominância era na faixa
337 etária de 30 a 39 anos (37%), do gênero masculino (92%), com ensino médio completo (54%) e com
338 faixa salarial entre 5 (cinco) a 10 (dez) salários mínimos (6.347). Concluiu, informado que, de acordo
339 com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, oito classificações detinham 80% de
340 todos os requerimentos de 2015, sendo os outros 20% correspondentes as demais áreas. Na sequência,
341 o Presidente passou a palavra ao Ministro do MTPS que faria apresentação com respeito ao Programa
342 de Proteção ao Emprego – PPE. O Ministro do MTPS informou que o PPE havia sido instituído pela
343 Medida Provisória nº 680, de 6 de julho de 2015 sendo, posteriormente, regulado pela Lei nº 13.189,
344 de 19 de novembro de 2015. Esclareceu que as Micros, Pequenas, Médias e Grandes Empresas de
345 todos os setores poderiam aderir ao Programa. Observou que a adesão poderia ser feita até 31 de
346 dezembro de 2016 e que sua extinção havia sido fixada em 31 de dezembro de 2017. Em seguida,
347 explicou quais eram os critérios a serem adotados pelas empresas que quisessem aderir ao Programa,
348 passando a citá-los, conforme a seguir: i) acordo coletivo de trabalho específico; ii) 2 anos de

349 funcionamento; iii) regularidade com o Fisco, Previdência Social e FGTS; e, iv) índice líquido de
350 empregos – ILE, igual ou inferior a 1%. Destacou que o acordo coletivo era a base do PPE, portanto
351 fazia-se necessário constar no documento: i) aprovação em assembléia com os empregados; ii) redução
352 da jornada de salário de até 30%; e, iii) constituição de Comissão Paritária. Dessa forma, informou que
353 a Lei nº 13.189/2015 garantia: i) o emprego durante a adesão ao Programa e mais um terço do período;
354 ii) que o salário não poderia ser reduzido ao inferior do mínimo nacional; iii) a compensação de 50% da
355 redução salarial pelo Governo, com recursos do FAT; e iv) recolhimento de INSS e FGTS sobre o
356 salário reduzido mais compensação. Informou que, atualmente, havia o total de 108 solicitações, sendo
357 43 deferidas e 65 em análise. Observou que haviam sido concedidos 38.785 benefícios por adesão
358 solicitada e 10.275 permaneciam em análise. Contudo, destacou a agilidade no processo de análise,
359 elogiando o bom êxito da equipe. Observou que o valor total de benefícios concedidos era de R\$115,89
360 milhões e que, atualmente, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul lideravam a
361 quantidade de solicitações de adesão e que os setores automobilístico, fabril e metalúrgico
362 acompanhavam esse perfil, assumindo também a liderança no *ranking* de setores econômicos
363 abrangidos. Ressaltou que o PPE ganhava amplitude, destacando o crescimento no número de empresas
364 dos setores de serviço e comércio a aderirem ao Programa. Asseverou que o PPE era um programa
365 positivo, uma vez que preservava o emprego e poupava recursos, mantendo as contribuições
366 previdenciárias e o recolhimento do FGTS. Por fim, informou que o Programa possuía um papel
367 importante na preservação do nível de emprego no País e que, havia sido iniciada uma campanha em
368 rede nacional de televisão com o objetivo de divulgá-lo. O Presidente agradeceu ao Ministro e abriu
369 inscrição para manifestação. O Conselheiro da UGT afirmou que estava surpreso com o baixo nível de
370 adesão ao PPE, se comparado ao número de empresas que vinham demitindo os funcionários. Por esse
371 motivo, apoiou a iniciativa do Ministro em divulgar o Programa. Posteriormente, pediu licença e
372 informou que necessitaria ausentar-se da reunião. O Conselheiro da NCST informou que algumas
373 empresas, por possuírem atrasos no pagamento de encargos, baseavam suas reduções salariais por um
374 disposto na Constituição Federal, optando pelo *lay-off* (redução de até 25% do salário), em vez de
375 aderirem ao PPE. Desse modo, observou ser importante analisar essa questão, uma vez que o PPE
376 trazia mais benefícios aos trabalhadores. O Conselheiro da CNS-Serviços informou que,
377 provavelmente, a baixa adesão ao Programa, em especial na área de serviços, ocorria em razão das
378 incertezas de crescimento e disponibilidade para empregar após o término do PPE. O Conselheiro
379 Representante da Força Sindical destacou o bom trabalho realizado no Brasil com respeito à
380 implantação do PPE. Porém, em apoio ao Conselheiro da NSCT, destacou que várias empresas
381 deixavam de aderir ao Programa para optar pelo *lay-off*. Observou que esta era uma prática prejudicial

382 aos trabalhadores, uma vez que não havia comprovação de recolhimento das contribuições. Sendo
383 assim, apoiou a iniciativa do Governo quanto a divulgação do Programa nas mídias, bem como nos
384 estados. O Presidente agradeceu as apresentações e em seguida, retomou a ordem da Pauta, passando
385 ao **ITEM 6 – Tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de**
386 **Investimento Financeiro Curto Prazo, pelo BB-EXTRAMERCADO, pelo Banco do Brasil/BB-**
387 **DTVM.** A Representante da BB-DTVM, Sra. Marcela Collares dos Santos, inicialmente pediu
388 desculpas e informou que o macroeconomista responsável pela apresentação “Economia Internacional
389 e Doméstica” não conseguiria chegar a tempo na reunião, uma vez que a apresentação da BB-DTVM
390 havia sido antecipada para o turno da manhã. Dessa maneira, agradeceu e esclareceu que a
391 apresentação seria mais breve. Na sequência, passou a discorrer quanto ao Fundo de Investimento
392 Exclusivo – BB Extramercado FAT, explicando que este foi inicialmente regido pela Resolução nº
393 2.423/1997, sendo alterado pela Resolução nº 4.034/2011 do Banco Central do Brasil – BACEN.
394 Informou que o Fundo havia encerrado o mês de novembro/2015 com o patrimônio líquido de R\$
395 33,03 bilhões e possuía uma carteira composta por Títulos Públicos Federais, referenciados nos índices
396 IRFM-1 e IMA-B (títulos prefixados e indexados à inflação), bem como uma parcela em Operações
397 Compromissadas – OPCOM, que davam liquidez as movimentações necessárias ao Fundo. Ressaltou
398 que cerca de 25% dos Títulos Públicos Federais possuíam vencimento acima de 20 anos e outros 46%
399 com vencimento em até um ano, segundo dados de novembro/2015. Explicou que havia maior
400 direcionamento a títulos de curto prazo, por estes permitirem boa rentabilidade e reduzirem a
401 volatilidade do Fundo. Em seguida, apresentou quadro com rentabilidades acumuladas, destacando os
402 seguintes resultados para novembro/2015: i) BB FAT: 8,27%; e, ii) IMA-B: 5,20%. Informou que
403 desde a mudança trazida pela Resolução nº 4.034/2011, onde a carteira tinha passado a ser formada por
404 títulos prefixados e indexados a inflação, o Fundo havia apresentado uma rentabilidade acumulada de
405 38,37%, um pouco abaixo do CDI (43,36%) e da SELIC (43,83%), mas, ainda, acima do IPCA
406 acumulado do período (29,66%). Destacou, ainda, que a taxa de administração do BB Extramercado
407 FAT era de 0,99% a.a, o menor patamar aplicado pela BB-DTVM para taxa de administração de
408 fundos extramercado. Por fim, observou que as informações solicitadas na última reunião constavam
409 no material disponível aos Conselheiros e que a BB-DTVM se comprometia a realizar a exposição
410 completa dos temas na próxima reunião com a presença do macroeconomista. O Presidente abriu
411 inscrição para manifestação. O Coordenador da CGFAT solicitou um aparte para fazer um breve
412 esclarecimento. Informou que o fato da remuneração constar acima do IPCA, mas abaixo do CDI,
413 dava-se em função dos preços de venda atuais e que se fosse realizada a venda da carteira neste
414 momento, haveria prejuízo em relação ao período de compra. No entanto, observou que no momento

415 não havia intenção de venda. Dessa forma, a perspectiva com o tempo era de crescimento da
416 rentabilidade, aproximando-se dos valores do CDI. A Representante da BB-DTVM esclareceu que
417 eram feitas as marcações de mercado, necessária aos fundos de investimento, sendo realizadas
418 simulações de vendas da carteira diariamente. No entanto, essas vendas não ocorriam porque os
419 recursos permaneciam no Fundo por períodos mais longos. O Ministro do MTPS pediu licença, pois
420 precisaria se ausentar da reunião. Agradeceu a todos e desejou um Feliz Natal e Ano Novo. O
421 Presidente agradeceu a presença do Ministro e a técnica da BB-DTVM pela apresentação. Em seguida,
422 passou ao **ITEM 7 – Cartão BNDES, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e**
423 **Social – BNDES.** O Representante do BNDES, Sr. Ricardo Albano Rodrigues, esclareceu que era o
424 responsável pelo Departamento de Operações de Internet do Banco, área incumbida do Cartão BNDES.
425 Explicou que o Cartão BNDES era baseado no conceito de cartão de crédito, visando financiar de
426 forma ágil e simplificada os investimentos das Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPMEs.
427 Informou que o BNDES havia criado um ambiente de negócios na internet que contava com 782 mil
428 empresas compradoras cadastradas, R\$58 bilhões em crédito pré-aprovado, 70 mil fornecedores
429 credenciados e 275 mil produtos disponíveis para venda. Observou que, atualmente, contavam com um
430 número de parceiros considerável – 10 (dez) bancos, emitindo 4 (quatro) bandeiras de cartão de crédito.
431 Esclareceu que a grande vantagem das empresas compradoras era que estas passariam a ter um cartão
432 de crédito automático do BNDES com limite de até R\$ 1 milhão, por banco emissor. Registrou que
433 sempre que o cartão fosse utilizado a empresa teria um limite pré-aprovado para compra de qualquer
434 um dos itens disponíveis para financiamento, sem burocracia. Com relação aos fornecedores, explicou
435 que passariam a ter garantia de recebimento de crédito e a exposição do catálogo de produtos gratuita,
436 com artigos necessários ao investimento empresarial, como por exemplo: i) máquinas e equipamentos;
437 ii) peças e componentes de máquinas; iii) insumos industriais; iv) materiais para construção civil; v)
438 qualificação profissional para o turismo, entre outros. Na sequência, observou que 98% das empresas
439 portadoras do Cartão eram Micro e Pequenas Empresas, tendo como ramo de atividade predominante o
440 setor de comércio e serviços. Dessa forma, destacou que do total de Cartões BNDES, 95% haviam sido
441 emitidos para empresas com faturamento inferior a R\$7,5 milhões. Ressaltou, ainda, que a meta do
442 Banco era que houvesse portadores do Cartão BNDES em todo o território brasileiro, contudo, ainda,
443 faltavam 105 municípios. Justificou que esses municípios localizavam-se em regiões de difícil acesso,
444 basicamente no Norte e Nordeste do País, mas afirmou que o BNDES trabalhava na solução do
445 impasse. Observou, ainda, que o Cartão BNDES havia encerrado o ano de 2015 com o desembolso de
446 R\$11,2 bilhões, apresentando uma redução de 2,5%, se comparado a 2014, mesmo sendo um cenário
447 de recessão. Arrazoou que o Cartão permitia ao Banco, chegar ao patamar de um milhão de operações,

448 uma vez que 80% destas eram feitas no Cartão BNDES. Em seguida, apresentou um estudo realizado
449 pelo BNDES para avaliação de impacto do uso do Cartão BNDES sobre o emprego formal e nas firmas
450 de menor porte com dados coletados em 2008. Com base no estudo, evidenciou que o uso do Cartão
451 contribuía efetivamente para o melhor desempenho das Micros e Pequenas Empresas – MPEs e,
452 conseqüentemente, na geração de emprego e renda. Destacou que o uso do Cartão impactou no
453 desenvolvimento, em especial, das Micros Empresas, apresentando um impacto significativo de 10,2%
454 e 13%, em curto e médio prazo, respectivamente. Por fim, justificou que o crescimento observado da
455 demanda pelo produto, desde sua criação, corroborava as evidências de que o Cartão era importante ao
456 desenvolvimento das empresas de menor porte e que os resultados obtidos sugeriam que a concessão de
457 crédito público para MPEs poderia ser usado como política pública para a formalização do emprego no
458 mercado de trabalho brasileiro. Em seguida, o Gerente do Departamento de Captação do BNDES, Sr.
459 Altino Jóia, complementou a apresentação, focando na aplicação dos Depósitos Especiais. Reiterou que
460 o Banco desembolsou, em 2015, R\$11,2 bilhões em operações de Cartão BNDES. Afirmou que parte
461 deste total foi obtido pela PDE/2015 (13%), somado a R\$3,310 bilhões (43%) das reaplicações dos
462 Depósitos Especiais do FAT. Assim sendo, passou a apresentar o quadro resumo de toda aplicação do
463 Banco, no presente exercício, informando que até novembro presente o BNDES aplicou R\$6 bilhões,
464 sendo R\$2 bilhões da PDE/2015, mais R\$4 bilhões proveniente da reaplicação dos recursos.
465 Prosseguindo, comunicou que a estimativa era gerar 257 mil empregos, para um total de R\$11,25
466 bilhões aplicados pelo Cartão BNDES. Na sequência, passou a apresentar, com destaque, o Programa
467 FAT FOMENTAR MEPE, dados acumulados até novembro de 2015. Sobre o assunto, afirmou que a
468 expectativa era gerar 110 mil empregos para um total de R\$4,8 bilhões aplicados nas diversas regiões
469 geográficas do país, conforme a seguir: i) Sudeste, região com maior desempenho (39,59%); ii) Sul
470 (26,21%); iii) Nordeste (17,20%); iv) Centro-Oeste (10,01%); e, v) Norte (6,99%). Declarou que estes
471 recursos, além dos oriundos de remanejamento, eram transferidos pela PDE com foco, especificamente,
472 nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também apresentou o resultado da distribuição de
473 recursos por Unidade Federativa, com destaque para São Paulo, com concentração da maior parte dos
474 recursos. Informou que o foco do Cartão era o Setor de Atividade, com grande desempenho em
475 comércio e serviços (85%). Prosseguindo, continuou a apresentar o resultado do Programa FAT
476 FOMENTAR MEPE, por Setor de Atividade, com os seguintes destaques: i) Comércio Varejista:
477 desembolso de R\$1,767 bilhão; ii) Comércio por Atacado (exceto veículos automotores e
478 motocicletas): desembolso de R\$377 milhões; e, iii) Setor de Transporte Terrestre: R\$258 milhões.
479 Ainda apresentou o resultado do Programa por porte do cliente final, ressaltando que a maior parte foi
480 executada por microempresas (75%), e pequenas empresas (25%). Por fim, arrazoou que atualmente o

481 Banco aplicava a maior parte dos recursos, por categoria de produto, em materiais para construção civil
482 (R\$982 milhões), veículos usados (R\$462 milhões), móveis e acessórios (R\$408 milhões), e
483 equipamentos para construção civil (R\$382 milhões), segundo dados acumulados até novembro de
484 2015. Em seguida, agradeceu a todos e colocou-se à disposição para mais informações. O Presidente
485 abriu inscrição para manifestação. O Conselheiro da CNS-Serviços destacou que durante a
486 apresentação o Representante do BNDES havia informado que o ramo de atividades predominante era
487 o de comércio e serviços. Dessa forma, indagou se essas empresas eram as portadoras do Cartão, tendo
488 o Representante do BNDES confirmado. O Conselheiro da CNS-Serviços também notou que não havia
489 grande atuação do Cartão no que se refere à disponibilidade dos produtos e serviços. Sendo assim,
490 questionou se as empresas fornecedoras encontravam dificuldades no cadastramento ou ocorria em
491 razão da baixa procura. O Representante do BNDES informou que havia procura, no entanto o Banco
492 optava pelo conservadorismo, uma vez que era um produto de recurso público e a compra automática.
493 Explicou, ainda, que aos poucos inovavam em alguns serviços e, também, avançavam para iniciativa
494 privada. No entanto, observou que havia algumas regras ao setor privado, a fim de selecionar
495 fornecedores que pudessem disponibilizar o serviço de forma confiável. Dessa forma, afirmou que o
496 objetivo era avançar nessa questão relacionada aos serviços, contudo com cautela, certificando de que
497 os recursos chegassem ao destino sem nenhum tipo de desvio. O Conselheiro da CNS-Serviços
498 perguntou se a área da saúde, por exemplo, poderia ser contemplada nas atividades financiadas pelo
499 Cartão BNDES. O Representante do BNDES informou que não, pois o Cartão era um produto para
500 Pessoas Jurídicas. No entanto, havia algumas atividades como, por exemplo, a qualificação que atendia
501 pessoas físicas, porém era a empresa investindo na qualificação da equipe. O Conselheiro da CNS-
502 Serviços destacou que o setor de promoção de eventos, feiras e promoções, importante para a área de
503 turismo, havia enviado uma solicitação ao BNDES para que estes fossem incluídos na lista de setores
504 atendidos pelo Cartão, tendo o Representante do BNDES esclarecido que a equipe técnica estava
505 avaliando. O Conselheiro da NCST questionou qual era o critério utilizado pelo Banco para classificar
506 as empresas (Micro, Pequenas e Médias), também perguntou como era realizado o monitoramento da
507 geração de empregos. O Gerente do Departamento de Captação esclareceu que era utilizado um modelo
508 desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que seguia um
509 produto com dados dos setores de contas nacionais e que oportunamente este modelo poderia ser
510 apresentado ao Conselho. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,
511 passou ao **tópico VI – INFORMES: ITEM 9 – Tema: 98ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional**
512 **de Secretarias do Trabalho – FONSET, realizado em Salvador – BA, dia 11.12.2015, pelo**
513 **Presidente do CODEFAT.** O Presidente comunicou sua participação ao evento, que contou com a

514 presença do Ministro de Estado do MTPS, afirmando ter sido uma experiência importante. Asseverou
515 que a ideia era ter um CODEFAT numa linha de descentralização do conhecimento dos problemas
516 locais e das soluções, sendo um Conselho mais indutor e menos provedor. Ressaltou, ainda, que para o
517 próximo exercício guardava expectativa de que as reuniões do CODEFAT fossem realizadas em outras
518 regiões do país, contando com a participação dos respectivos secretários dos estados e municípios, a
519 fim de que os Conselheiros pudessem ter uma visão melhor da realidade local. Na sequência, o
520 Presidente passou para o tópico **VII – OUTROS ASSUNTOS: ITEM 10 - Entrega dos seguintes**
521 **documentos: 10.1) Boletim de Informações Financeiras do FAT – 5º Bimestres/2015; 10.2)**
522 **Periódico INFORME PROGER – Dados até outubro de 2015; 10.3) Informativo da Secretaria de**
523 **Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE sobre o cumprimento do plano de ação proposto via**
524 **Nota Técnica nº 508/2013-GAB/SPPE/MTE, quanto à situação das prestações de contas de**
525 **convênios com recursos do FAT (Plano de Providências relativo à Auditoria da Avaliação de**
526 **Gestão do FAT, exercício 2012, nº 201305838 – Constatação 1.1.1.7-Recomendação 1); 10.4)**
527 **Boletim da Secretaria Executiva do CODEFAT sobre o comportamento do mercado de trabalho**
528 **e o andamento das ações custeadas com recursos do FAT; (Plano de Providências relativo à**
529 **Auditoria da Avaliação de Gestão do FAT, exercício 2012, nº 201305838 – Constatação 1.1.1.7 –**
530 **Recomendação 2); 10.5) Relatório de Execução da PDE – REL-PDE; e, 10.6) Calendário de**
531 **Reuniões CODEFAT/GTFAT – Exercício 2016.** O Presidente informou que os documentos em
532 referência se encontravam na mídia digital distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos.
533 **ENCERRAMENTO:** O Presidente agradeceu a presença de todos, desejando um Feliz Natal e Feliz
534 Ano Novo, além de desejar que o país fosse abençoado com novas luzes e energias para que todos do
535 Conselho pudessem ajudar a construir um novo Brasil. O Conselheiro da CNS-Serviços agradeceu pelo
536 companheirismo, considerando importante a participação de todos nas discussões. Aproveitou para
537 entregar a cada Membro uma cópia do periódico “Os Serviços no Brasil 2015”, desejando um Feliz
538 Natal e Feliz Ano Novo. O Presidente informou que esteve na comemoração do aniversário de 60 anos
539 do DIEESE, considerando importante que a Secretaria Executiva do CODEFAT elaborasse uma carta
540 de congratulações à Instituição, em nome do Conselho. Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta,
541 o Presidente deu por encerrada a reunião. E, para constar, eu, Sinara Neves Ferreira, Secretária-
542 Executiva do CODEFAT - Substituta, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
543 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

Continuação da 134ª Reunião Ordinária do CODEFAT

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNTur

SINARA NEVES FERREIRA
Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Conselheiro Titular Representante do MF

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA
Conselheiro Titular Representante do MPS

THIAGO RABELO PEREIRA
Conselheiro Titular Representante do BNDES

MÁRCIO ALVES BORGES
Conselheiro Suplente Representante do MTE

FÁTIMA DA COSTA LAMAR
Conselheira Suplente Representante do MAPA

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

GERALDO RANTHUM
Conselheiro Titular Representante da NCST

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CTB

LUIGI NESE
Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços

THIAGO LUIZ TICCHETTI
Conselheiro Suplente Representante da CNT

JOICY DAMARES PEREIRA
Conselheira Suplente Representante da CNS-Saúde

PAULO CÉSAR PAGI CHAVES
Conselheiro Suplente Representante da FENASEG
